

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA – 2024/2026

ATA DA DÉCIMA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2026. Ao 28º (vigésimo oitavo) dia do mês de maio de 2025, às 14h, reuniram-se, de forma totalmente virtual, através da plataforma <https://teams.microsoft.com/v2/>. Conforme comunicado circular convocatório enviado via grupo virtual do plenário, em 27 de maio de 2025, e atingido o quórum mínimo, declaro aberta a 18ª Sessão Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura – CONEC, na modalidade virtual. Em virtude dos poderes investidos pela Lei n.º 5.418, de 17 de março de 2021 e pela ausência justificada do Presidente, do Vice-presidente e do Secretário-Geral, assumiu a presidência desta sessão, na condição de decano, o senhor **MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA** e para secretariar esta sessão, como Secretária-Geral interina, a conselheira suplente **LYDIA LUCIA NUNES DE SOUZA**, da cadeira afrodescendente. Para compor e auxiliar esta mesa diretora, convocou ainda, as representantes da Assessoria de Políticas Culturais – ASPC, **ANNE PAIVA DE ALENCAR** e **MARIA LUCIANE COELHO ITUASSÚ DA SILVA**. Composta a mesa diretora, solicitou a Secretária-Geral interina, que informasse o quórum de hoje. **Lydia Lucia:** Nesse momento informo que encontram-se presentes, além dos membros da mesa diretora, que representam as cadeiras da SEC, da Dança, os seguintes membros do conselho com direito a voto. De forma remota: Bjarne Lima Furtado – Conselheiro Titular, representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto; Álvaro Serrão Monteiro – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Literatura; Ludimar Nunes Gonçalves – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Cultura Indígena; Vanderley Pinheiro – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Circo; Dudson Campos Carvalho – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias; Elson Silva da Rocha – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Folclore e Carnaval; Priscila Sena de Souza – Conselheira Titular, representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas; Rosy Cleia da Silva Seixas – Conselheira Titular, representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania; Cristina Helena Maia de Oliveira – Conselheira Titular, representante da Secretaria de Estado da Fazenda; Roberto Sá Gomes – Conselheiro Titular, representante da Comissão de Cultura e Economia Criativa da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM; Lucimar Bezerra Marques – Conselheira Titular, representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica; Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Conselheiro Titular, representante da cadeira de Música; Caio André Pinheiro de Oliveira – Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa. Convidados: Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias; Marly Nascimento Nogueira – Suplente da cadeira de Folclore e Carnaval. Agradecemos a presença nesta sessão. Sejam bem-vindos. Esse é o quórum de

42 membros e participantes, senhor presidente. **Presidente:** Conselheiro Álvaro, eu
43 gostaria que, antes de a conselheira retornar, o senhor nos convocasse para um
44 minuto de silêncio em homenagem à partida do nosso saudoso Paulo Onça.
45 Tudo bem? Deixo essa homenagem ao senhor, para que possa nos conduzir
46 nesse momento, antes da abertura oficial. **Álvaro Serrão:** Antes da abertura
47 oficial das atividades de hoje, eu gostaria de convocar todos os conselheiros e
48 demais presentes para fazermos um minuto de silêncio em homenagem ao
49 artista Paulo Onça, que teve sua vida ceifada recentemente. Ele merece ser
50 lembrado e homenageado nesta nossa reunião. **Presidente:** Antes de
51 passarmos à cadeira de Folclore e Carnaval, concedo a palavra ao conselheiro
52 Elson, para que também faça suas considerações a respeito de Paulo Onça.
53 Após sua fala, passarei a palavra ao conselheiro Dudson Carvalho,
54 representante da cadeira de Novas Mídias, em razão de sua atuação e de seu
55 trânsito junto às escolas de samba de Manaus, para que também faça suas
56 considerações, para que fiquem registradas, nos autos deste Conselho, as
57 nossas homenagens ao saudoso Paulo Onça. Conselheiro Elson Rocha.
58 **Elson Rocha:** Com certeza. Quero, neste momento, agradecer pelo minuto de
59 silêncio. Acho que Paulo Onça fez história não somente para a cultura do
60 Amazonas, mas para a cultura de todo o Brasil. Que Deus possa confortar sua
61 família neste momento de dor. Ficam as boas obras de Paulo Onça como um
62 legado para a nossa cultura amazonense. Muito obrigado. **Dudson Carvalho:**
63 Muito obrigado. Gostaria também de me solidarizar com todos os familiares e
64 amigos do nosso parceiro do samba, do carnaval e da arte em geral, Paulo Onça.
65 Quero destacar a importância do trabalho desse grande artista e a visibilidade
66 que proporcionou a tantos outros, especialmente aos artistas do carnaval,
67 inclusive no Sul do país. Fica aqui a minha homenagem e, acima de tudo, o meu
68 repúdio à forma como sua vida foi ceifada. Tudo aconteceu em decorrência de
69 uma discussão de trânsito, que gerou um sofrimento totalmente desnecessário.
70 Espero sinceramente que a justiça seja feita de forma exemplar, para que
71 situações como essa não voltem a acontecer com nossos artistas. Infelizmente,
72 também têm ocorrido casos de violência gratuita contra artistas visuais em outras
73 regiões do país, que têm resultado em graves agressões. E, agora, essa
74 violência também atingiu nossa cidade, culminando na perda do nosso parceiro
75 Paulo Onça. Fica registrada a nossa homenagem. Muito obrigado. **Presidente:**
76 Obrigado, conselheiro Dudson. Eu solicito, em caráter de urgência, ao ADM, que
77 seja formalizada uma mensagem ao então falecido Paulo Onça e que seja
78 assinada por todos esses conselheiros, iniciada pelo presidente Caio André; na
79 sequência, pela cadeira de Folclore e Carnaval; depois, pela cadeira de Novas
80 Mídias, que é um segmento com trânsito também dentro dessa área. E os
81 demais conselheiros assinam a carta. Agora, gostaria de pedir que essa carta
82 fosse publicada no portal do Conselho, para que a gente retribua, de forma
83 honrosa, ao então saudoso Paulo Holanda, o nosso Paulo Onça, muito querido
84 não somente no samba, mas por diversas contribuições na questão de trilhas e
85 letras musicais. Conselheira Lídia, está pronta? **Lídia Lucia:** Estou tentando

86 aqui, estou ouvindo. Estou tentando ajustar, porque não sei o que aconteceu de
87 novo. **Presidente:** Mas a senhora pode só já iniciar as pautas, tá? Porque a
88 gente tem pressa, já são 14h:20. **Lídia Lucia:** Você pode me situar onde está
89 parado, por favor? **Presidente:** A senhora vai citar as pautas agora. **Lídia Lucia:**
90 As pautas. **Symone Farias:** A senhora tem que procurar aí a ordem do dia. **Lídia**
91 **Lucia:** Gente, é porque nós recebemos isso há cinco minutos, tá? Então, peço
92 desculpas e compreensão. Estou vendo aqui os assuntos gerais. Só um
93 minutinho, que eu vou ler, de fato, eu não consegui ler. A alteração do artigo. A
94 ordem do dia é essa, Symone? **Symone Farias:** Alteração do artigo da Lei nº
95 5.418, de 2021. **Lídia Lucia:** Tá, então vamos lá. A primeira pauta é a alteração
96 da Lei nº 5.418, de 2021. Nós temos vinte minutos para conversar sobre isso.
97 Depois, teremos os assuntos gerais, e será aberto o período de inscrições, com
98 vinte minutos. É só isso? **Symone Farias:** Sim, é só isso. **Lídia Lucia:** Pronto,
99 gente. Realmente, estou aqui do lado de fora e está dando um problema. Tudo
100 o que está acontecendo. Estava tudo certinho, mas acabou acontecendo esse
101 problema. **Presidente:** Secretária-Geral, obrigado. Tendo em vista ser uma
102 extraordinária, abrirei o **EXPEDIENTE** apenas para aprovação de atas: temos a
103 seguinte ata de sessões extraordinárias para aprovação: **17ª Sessão**
104 **Extraordinária.** Pergunto: algum titular não recebeu a minuta das atas para
105 análise? Se receberam, alguém tem alguma correção a fazer? Sem correções,
106 coloco em votação e mantenham-se como estão quem concorda com a
107 aprovação. Sem manifestação contra, há alguma abstenção? Diante do
108 posicionamento da plenária, **considero a ata aprovada por maioria** e peço que
109 a equipe de apoio faça a publicação no portal do CONEC, ressalvada as partes
110 sensíveis do julgamento em face do sigilo necessário da LGPD. Dando
111 continuidade à sessão, ficam suspensas as **PROPOSIÇÕES** para focarmos nas
112 pautas a serem abordadas hoje. Assim, passo à **ORDEM DO DIA.** Senhora
113 Secretária, o que temos para a ordem do dia? **Lídia Lucia:** Hoje teremos na
114 pauta, senhor Presidente, os seguintes temas: **1.** Alteração em artigos da Lei nº
115 5.418/21. **Presidente:** Obrigado, Secretária-Geral. Vamos iniciar. **1. Alteração**
116 **em artigos da Lei nº 5.418/21.** Para que se permita manifestação durante a
117 apresentação, suspendo a moderação por vinte minutos e concedo a palavra ao
118 **Dr. Sérgio Cruz**, da equipe de apoio, para conduzir as explicações e encaminhar
119 as deliberações. Quem for se manifestar poderá fazê-lo por até dois minutos.
120 **Roberto Sá:** Vocês estão me ouvindo? **Dr. Sérgio Cruz:** Sim. **Roberto Sá:** Ah,
121 é porque eu chamei e ninguém me respondeu. Eu já estou aqui na sessão, tá
122 ok? Obrigado. **Dr. Sergio Cruz:** Perfeito. Senhor presidente, informo que a
123 doutora Anne Paiva está pedindo a voz. **Presidente:** Eu passo a palavra agora
124 para a doutora Anne, por até 2 minutos. **Anne Paiva:** O secretário Caio André
125 está um pouco atrasado, mas ele gostaria que se incluísse um outro tema
126 também, na reunião de hoje. Ele gostaria de propor a inclusão de mais uma
127 pauta. O tema que o secretário gostaria de incluir é: **PNAB – Primeiro Ciclo:**
128 **Próximos Passos.** Ele gostaria de fazer uma apresentação. **Presidente:** Em
129 regime de votação: Considerando a indicação do senhor presidente Caio André

para a inclusão de mais uma pauta na data de hoje, os que concordam permaneçam como estão. Conselheiro Vanderley, para justificativas. **Vanderley Pinheiro:** Aproveitando a oportunidade, já coloca também, no bojo dessa solicitação, o edital do Meta Cultura, para que a gente já dê o pontapé inicial, juntamente com essa proposta que a doutora acabou de falar, por favor. **Presidente:** Mais uma pauta para ser incluída na reunião de hoje. Os que concordam com a inclusão dessas duas pautas, permaneçam como estão. **Aprovado.** Doutor Sérgio, por favor. Doutora Anne, a senhora gostaria de iniciar? Porque temos na pauta o doutor Sérgio. **Anne Paiva:** Certo. Como o secretário Caio está chegando, quando ele chegar, ele pode iniciar a apresentação que vai fazer para vocês, está bom? Muito obrigada. **Presidente:** Tudo bem, então. Grato. Doutor Sérgio, por favor. **Dr. Sérgio Cruz:** Um minutinho só, porque o secretário Caio acabou de chegar. Deixa eu falar um minuto com ele e, em seguida, iniciamos a apresentação já, já. **Dudson Carvalho:** André, se o secretário já estiver a postos, é melhor que ele inicie, porque a apresentação dele pode ser algo mais rápido. E a nossa pauta é mais alongada, que é a discussão da lei, certo? Se ele já estiver a postos, eu acho que começaríamos por aí. **Presidente:** Tudo bem, doutor Sérgio. O senhor pode perguntar ao secretário Caio, por gentileza, se ele já está pronto para fazer a apresentação da pauta que acabou de ser incluída na reunião de hoje? Se sim, a gente faz a inversão, começando por ele. **Dr. Sérgio Cruz:** O secretário está aqui na sala, ainda se preparando. Já, já eu passo essa informação para ele, tá, presidente? **Presidente:** Tudo bem, doutor Sérgio. Eu gostaria também de aproveitar e conversar com os pares que estão presentes, que após a fala do secretário Caio, que a gente possa também perguntar, se possível, como andam os trâmites da questão do Instituto, é importante para que a gente tenha algo mais palpável, considerando que hoje já é 28 de maio de 2025. Obrigada. **Dudson Carvalho:** Nesse caso, eu acho que devemos nos dirigir ao presidente do Conselho, e não ao secretário Caio André. Ele está vindo até nós hoje, como presidente do Conselho, certo? Só para constar. **Presidente:** Na fala da assessoria, a pauta está surgindo do secretário estadual de Cultura, não do presidente do Conselho. É preciso que ela corrija essa fala para que a gente tenha uma amarração melhor no documento. **Anne Paiva:** Perdão, a pauta foi trazida pelo presidente. **Dudson Carvalho:** Está bom. Beleza, então era isso. **Presidente:** Tudo bem, então. Só para fins de registro: onde se lê "secretário estadual de Cultura e Economia Criativa do Estado do Amazonas", leia-se "presidente do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas, Caio André". **Dr. Sérgio Cruz:** Ele já está terminando aqui, pessoal, só estou posicionando sobre a apresentação que eu vou fazer, e já passei para ele o pedido de inclusão de pauta. **Presidente:** Gostaria de parabenizá-lo pela sua passagem natalícia, tá bom? E que fique registrado. Os demais conselheiros também podem se manifestar. **Vanderley Pinheiro:** Meu querido, estamos com muito "Salamalenco". Aí vamos ao ponto crucial da reunião. **Presidente Caio André Pinheiro de Oliveira, Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado**

do Amazonas: Boa tarde a todos. **Presidente:** Tudo bem. Seja muito bem-vindo, Vossa Senhoria, presidente deste Conselho. Aproveito também para parabenizá-lo pela sua passagem natalícia e pelas ações que vem costurando com o segmento da cultura como um todo. Seja muito bem-vindo. Eu lhe passo a palavra. **Presidente Caio André:** Obrigado pelas felicitações, amigos. E quero dizer a vocês que o meu atraso se deu em função de uma chamada lá na sede do governo, como às vezes acontece sem previsibilidade, mas é assim mesmo. Estou aqui agora. Vamos à nossa pauta. O doutor Sérgio me disse que há uma sugestão de inversão da pauta, é isso? **André Durand:** Nós fizemos a inversão da pauta para atender ao seu chamado, já que a proponente entrou agora há pouco e o senhor vai explanar sobre a questão, aí nós fizemos a inversão. **Presidente:** Eu agradeço a todos, até pela acolhida da nossa sugestão e pela compreensão em poder que nós trouxéssemos para o dia de hoje, para pauta, algo que foi discutido ainda na pauta passada, mas que não houve o entendimento, pelo menos da nossa parte, em explicar qual era a nossa intenção em relação à PNAB, do qual nós temos a intenção de fazer no dia de hoje, é que consigamos, com o entendimento de Vossas Senhorias, para que nós façamos uma votação mais à luz daquilo que realmente é a intenção da administração e, é claro, deste Conselho, que detém o poder de definir quais são as diretrizes do orçamento e dos valores da PNAB, em relação não só aos recursos que não foram utilizados, por um motivo ou outro, ou por falta de aproveitamento em alguns editais por parte de alguns proponentes, como também à questão dos valores provenientes dos rendimentos bancários dos recursos que estavam alocados na PNAB. Antes de entrar na proposta propriamente dita, quero dizer a Vossas Senhorias que é nossa intenção chamar o maior número de pessoas possível. Acho que essa é a intenção de todos nós, tanto da administração, bem como, até pelo entendimento de que Vossas Senhorias votaram na reunião passada, é também o entendimento desta plenária. Dito isto, eu gostaria de trazer à luz de todos que nós temos. Nós já utilizamos do rendimento quando da elaboração dos editais, nós já havíamos utilizado aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) de reais de rendimentos futuros. Houve um cálculo realizado aqui na Secretaria indicou que são 2.000.000 (dois milhões) de reais. Esse valor seria, mais ou menos, o que iria render os recursos trazidos pela PNAB durante o tempo da execução. Então o valor de 38.000.000 (trinta e oito milhões), na verdade, foram feitos editais somando um total de 40.000.000 (quarenta milhões), já prevendo e trazendo a previsibilidade de 2.000.000 (dois milhões) de rendimento. Ou seja, o valor que rendeu, no final das contas, de 2.000.000 (dois milhões), tem que ser diminuído disso, porque, se ele já foi utilizado dentro dos editais, como os senhores são sabedores, nós tivemos o valor de R\$ 1.595.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil reais) de sobras de não utilização de algumas categorias dos editais, por exemplo, **o edital número 3 do circo**, que tem saldo não empenhado de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais). Vocês já estão sabendo disso. **Na música**, R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais); **na dança**, R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil

reais); no edital número 8, de pessoas trans, R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais); **no audiovisual**, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e no edital **número 11, de povos indígenas**, R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais), perfazendo esse valor de R\$ 1.595.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil reais), que é o valor da proposta trazida aqui e que estou apresentando para apreciação de vossas senhorias. Esse valor será integralmente redividido entre o cadastro de reserva de cada edital, da forma que foi apresentado, e nós vamos apresentar isso para os senhores por meio de slides. **Anne Paiva:** Eu posso apresentar aqui, secretário, deixa eu apresentar aqui para o senhor. **Presidente Caio André:** Você pode ir apresentando enquanto eu vou falando, por gentileza. Nossa proposta é atender todos, todos o cadastro de reserva, lógico, dentro do possível, em cima desse valor de R\$ 1.595.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e cinco mil reais). Além disso, Elson, vou já passar para ti, só quero concluir tudinho para ficar bem claro. E aí depois eu vou passar para todos os conselheiros que tenham a intenção de usar a palavra para que a gente debata e discuta isso até que nós saíamos daqui com a solução definitiva. Ainda assim, se nós formos utilizar conforme está o cadastro de reserva, nós teremos uma soma de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) de acordo com esses slides que nós estamos apresentando, que são aqueles que temos o maior número de projetos sendo atendidos. Além disso, nós temos ainda o valor dos rendimentos, subtraindo, claro, aqueles R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que já foi utilizado dentro dos editais que nós trouxemos. **Anne Paiva:** Eu vou voltar para onde o senhor está falando. **Presidente Caio André:** Nós teremos um valor, senhores, de R\$ 4.042.377,57 (quatro milhões, quarenta e dois mil, trezentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos). Isso foi o total dos rendimentos. Quero lembrar os senhores, estou frisando bastante isso, de que nós já utilizamos disso R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), quando vossas senhorias aprovaram já lá atrás, quando da elaboração dos editais, que nós teríamos a previsão de que pelo menos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) nós teríamos de rendimento. Ou seja, desse valor total, há uma diminuição de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). E aí eu trago para os senhores: Somando aqueles R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e nós não vamos conseguir utilizar de forma integral dentro do cadastro de reserva de cada edital desses que houveram as sobras, nós teremos essa sobra de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Ela se soma ao valor dos rendimentos, ok? Aí é a proposta que eu trago para os senhores, para que os senhores tenham um entendimento. Nós utilizaríamos... Nós utilizaríamos R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para investir no folclore. E aí depois a gente decide em quantos. Aqui está R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), sim, desculpa, senhores. Nós utilizaríamos R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) na categoria folclore, dos R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) que sobraram. R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) na categoria Carnaval. R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na categoria Capoeira. E nós teríamos mais R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para investir em todos os outros cadastros de reserva de

262 todos os outros editais. Essa parte aqui não foi trazida na reunião passada. Eu
263 tive uma conversa com a nossa assessoria e eles nos trouxeram, minutos antes
264 de eu entrar aqui na nossa reunião, que se nós fizéssemos dessa forma que eu
265 estou trazendo, nós deixaríamos de fora somente a questão do artesanato.
266 Então nós poderíamos formalizar uma proposta de deixar também R\$
267 200.000,00 (duzentos mil reais) para o artesanato, diminuindo, é claro, naqueles
268 que estão sendo mais bem assistidos, o folclore e o Carnaval. E nós atingiríamos
269 toda a cultura popular, trazendo também para a categoria do artesanato mais R\$
270 200.000,00 (duzentos mil reais). Ou seja, ficaria: – Folclore: R\$ 500.000,00
271 (quinhentos mil reais); – Carnaval: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); –
272 Capoeira: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); – Artesanato: mais de R\$
273 200.000,00 (duzentos mil reais); Lembrando que nós investiríamos mais R\$
274 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) em todo o outro cadastro de
275 reserva, ok? Todo mundo compreendeu? Elson, está solicitando a palavra?
276 **Dudson Carvalho:** Os R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais),
277 não seria nas festas dos interiores esses R\$ 1.400.000,00 (um milhão e
278 quatrocentos mil reais)? **Presidente Caio André:** Sim. Os outros R\$
279 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), nós investiríamos nos
280 festivais anteriores — R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para
281 cadastro de reserva e R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para
282 os festejos do interior. R\$ 1.441.004,07 (um milhão, quatrocentos e quarenta e
283 um mil, quatro reais e sete centavos), o valor mais exato aí na tela. **Dudson**
284 **Carvalho:** Agora está esclarecido então, porque no caso, o cadastro de reserva
285 já está sendo contemplado aí com essa divisão dos R\$ 1.400.000,00 (um milhão
286 e quatrocentos mil reais), sobraria R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para
287 investir nas festas do interior. Se possível, eu gostaria que o senhor explicasse
288 melhor quais são essas festas do interior, porque não ficou bem entendido na
289 outra reunião, ficou se falando em Parintins, em Manacapuru. É isso aí, por favor.
290 **Presidente Caio André:** Não, gente, desculpas, conselheiro Dudson, inclusive
291 está aí claro aqui quais são os festejos que nós pretendemos auxiliar. Tem uns
292 cem número de festejos no interior que a SEC recebe aqui e que a gente pode
293 colocar à disposição do Conselho, para que nós juntos possamos dar esse
294 direcionamento para esses festejos, onde o poder público não chega, onde
295 precisa de fomento e ao mesmo tempo, o Governo do Estado faz sempre e
296 continua fazendo aporte de fomento a esses festejos, mas ele nunca é suficiente.
297 Vou dar um exemplo claro aqui: Nhamundá, têm um festejo que está
298 acontecendo agora, que o Governo do Estado está apoiando, inclusive é no dia
299 31 agora. Nós temos o festejo, O FestLendas no município de Novo Aripuanã,
300 Novo Airão tem o Festival dos Botos, que o Governo do Estado já faz o aporte,
301 mas ele sempre é na forma de estrutura. Poucas vezes é em forma de recursos
302 financeiros, de transferências voluntárias propriamente ditas, é onde a gente não
303 consegue chegar. Àqueles que já recebem e aqui eu vou dizer: o Festival de
304 Ciranda de Manacapuru já recebe, mas as quadrilhas e os bois de Manacapuru
305 não recebem. **André Durand:** A de Nogueira, que é Santíssima Trindade, Festa

do Divino. Eu queria só lembrar que a maioria dessas solicitações que parte do interior vai direto para o gabinete do governador, que aí ele transfere essa responsabilidade para a SEC. E aí eu gostaria de sugerir que o senhor nos enviasse, para o conselho, em arquivo único, esses documentos que foram solicitados, para que a gente pudesse também dar um parecer favorável a esses festivais que necessitam desse aporte. R\$ 25.000,00 na mão desses fazedores de cultura popular, que são as festas do Divino, é uma esperança, porque eles trabalham meses, que as famílias são direcionadas para captar e muitas vezes não conseguem sequer contratar uma atração musical, nem um palco 2 por 2, de plataforma suspensa. **Ludimar Kokama:** Gostaria de solicitar, porque eu percebo um atropelo aqui, do outro companheiro aí. Eu estou com a mão levantada e assim, que seja respeitado o tempo de fala e que não haja atropelamento dentro da fala do senhor presidente, porque eu não estive presente na reunião passada por motivos particulares. Então eu estou buscando o entendimento através dessa apresentação do que está sendo colocado aí. **(Inaudível).** **Elson Rocha:** Olá, pessoal. Presidente, eu vejo que a gente precisa sentar e alinhar essa questão dessa pauta, até porque ontem, na nossa última reunião, nós fizemos uma votação e aí a gente percebe que há um interesse do governo e a gente precisa moderar no momento. Eu queria até sugerir que a gente pudesse suspender a reunião por cinco minutos, para que a gente pudesse conversar com os conselheiros, fazer um alinhamento, porque o que está sendo proposto hoje é praticamente contrário o que foi votado na reunião passada. Mas que seja algo possível, suspender a reunião para que possamos conversar. A gente percebe que há um interesse do governo, assim como este conselho também tem interesse de que, de fato, esse contrato com o instituto possa desengatar, porque nós não sabemos. Todo mundo está apavorado com esse processo, e já vamos para mais de 150 dias. Mais uma vez, tivemos que passar por uma avaliação do jurídico da SEC, que, mais uma vez, tomou uma semana para dar um parecer jurídico, o qual foi negado. E a gente precisa ter um alinhamento das ações entre governo e conselho, para que tenhamos um entendimento e consigamos caminhar, porque, como eu estou dizendo, o que está sendo proposto hoje é completamente contrário ao que foi votado. Eu queria pedir a compreensão de todos para que possamos suspender por cinco minutos, conversar e, então, retornar à reunião. **Presidente:** Conselheiro Elson, antes de colocarmos em votação a sua proposição, eu vou conceder a palavra aos conselheiros que também já estavam com o pedido de fala levantado. **Dudson Carvalho:** Boa tarde a todos. Boa tarde, secretário. Eu vou em cima da proposta que o senhor está colocando. Eu diria o seguinte: penso que, em uma proposta dessa natureza, a gente vai estar premiando, mais uma vez de forma positiva, o interior do estado com esses eventos e com essas festas. Então eu vejo com bons olhos a proposta dessa maneira, desde que essas festas não sejam as festas tradicionais, que já estão muito bem aparelhadas financeiramente pelo Governo do Estado. E também gostaria de pedir que, se essa proposta passar, que isso fosse feito com uma comissão de avaliação juntamente com os

350 conselheiros, porque eu vejo que a companheira lá de Barreirinha, o próprio
351 André Durand, que viaja muito pelo interior, conhece essa estrutura de festas
352 como ninguém. E também, secretário, aqui na minha fala, gostaria de garantir
353 que essas festas não incluam as festas aqui da capital do estado, que fosse
354 realmente R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para chegar
355 onde precisa. Aquilo que eu venho falando: a gente não pode mais pregar uma
356 coisa e não entregar. Então, se nós podemos chegar na ponta e esses festejos,
357 como eu já presenciei alguns muito importantes como o da Freguesia lá no
358 Andará e outros que a gente já passou e vivenciou isso, eu vejo com muito bons
359 olhos dessa maneira. E não foi desse jeito que foi posto na última reunião. Ficou
360 como se o governo estivesse querendo mandar mais dinheiro para as grandes
361 festas do interior do estado. Então, é apenas reforçando que nós não temos mais
362 muito tempo para, digamos assim, levar isso muito adiante, e dizer que, se for
363 dessa forma, com os conselheiros podendo opinar durante o edital, que seja um
364 edital de seleção, para que a gente possa também participar dessa escolha, eu
365 vejo com bons olhos. E também, que não seja colocada essa verba na capital e
366 nem nos meus eventos. Era isso. Obrigado, secretário. **Presidente:** A proposta
367 é exatamente essa, que nós, através do edital de seleção, possamos juntos,
368 dentro do conselho, escolher quais são os melhores, quem realmente merece
369 receber esses recursos. Afinal, esses recursos são oriundos, lógico, da mesma
370 fonte, mas é algo que não estava previsto, foi suplementado através do período
371 de um período em que o recurso ficou na conta da PNAB. Passo a palavra para
372 o conselheiro Vanderley Pinheiro. **Vanderley Pinheiro:** Boa tarde a todos. Eu
373 sei que é muito louvável, secretário, a sua intervenção no sentido de levar um
374 pouco desse recurso para o interior, só que tem um porém, meu querido. A gente
375 já aprovou, já discutiu uma coisa, a gente vai estar dando um passo atrás,
376 naquilo que foi aprovado, naquilo que a gente gastou tempo discutindo,
377 debatendo, entendeu? O recurso foi disponibilizado para todos, 50% para a
378 capital e 50% para o interior, entendeu? Então, a princípio, a proposta seria 50%
379 da verba proporcional dos juro para o edital de mestres e 50% para o cadastro.
380 Como é que ficaria aí a questão dos mestres da cultura? Me responda, por
381 gentileza. **Presidente:** Muito bem trazido por vossa senhoria, conselheiro
382 Vanderley, e até mais um item da pauta que é importante ser trazido para que
383 todos tenham conhecimento. Mas como nós estamos ainda na intervenção, e
384 houve um pedido de suspensão pelo conselheiro Elson Rocha, eu vou deixar
385 para falar tudo isso no final, até porque também é um item aqui da nossa Ordem
386 do Dia, que foi incluído aqui no final. Vou deixar aqui a palavra assegurada agora
387 ao conselheiro Ludimar. **Ludimar Kokama:** Quando fizemos o PAAR, ele estava
388 só de 38.000.000 (trinta e oito milhões) e pouco. Quando foi dividido, foi dividido
389 no valor exato que estava a aplicação da Aldir Blanc. Eu não sei de onde
390 apareceu esses 40.000.000 (quarenta milhões), sendo que não tinha dinheiro
391 para fazer isso aí. Isso me causa estranheza, presidente, nesse sentido, porque
392 quando foi feito em todas as divisões de recursos, foi, foi dividido nos 38.000.000
393 (trinta e oito milhões) e pouco que tem empenhado pelo governo federal. Não foi

empenhado os juros, os juros que posterior vinham deviam ser creditadas à conta do conselho. Então eu, sinceramente, não consegui compreender essa matemática que foi feita aí pela assessoria ou não sei o que que foi essa questão, está entendendo? De fato, essa questão de levar algum aporte para os festejos dos municípios, eu, entro em concordância, porque eu sou natural do Alto do Solimões, de Santo Antônio do Içá. Nós temos, a partir de agora, no período de 1 a 13 de junho é a celebração da Trezena de Santo Antônio de Lisboa que é o padroeiro da minha cidade. E nunca, antes na história, foi feito pela Secretaria ou governo, algo que beneficiasse os festejos dos municípios. Só para ter ideia, começa agora de 1 a 13 de junho, Santo Antônio de Lisboa. Dia 14, talvez, dia 15, começa também **Festejo de São Pedro** em Tonantins e ao mesmo tempo, em julho, começa os festejos de São Paulo em Amaturá. Então são cidades que nunca receberam recurso para fazer essas expressividades dos locais lá dos municípios. E assim, a questão dessa propositura foi aprovada e eu não sei se há a possibilidade ainda de que possa ajudar esses municípios. Mas eu gostaria, que, se houvesse a possibilidade, que esse município também fosse contemplado. Essa é a minha questão referente à questão de valores, porque eu não tive a oportunidade de participar da reunião anterior. Somente isso, presidente. **Presidente:** Conselheiro Ludimar, para esclarecimento de vossa senhoria, em função do questionamento sobre o valor total de recursos destinados nos editais. Eu peço à assessoria que coloque na tela, para que todos os conselheiros tenham conhecimento do valor. É só somar todos os editais que você verá quanto foi utilizado, e onde foi empenhado. E o valor não empenhado, porque houve uma sobra de 150.000 (cento e cinquenta mil), 156.000 (cento e cinquenta e seis mil) reais. Que é justamente em função disso. Está aqui, ó: esses são os valores. A assessoria está colocando na tela para que os senhores tenham conhecimento. **Nós utilizamos 40.484.825,90** (quarenta milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e noventa centavos). **Valor dos editais, 5% operacional: 30.241.000,00** (trinta milhões, duzentos e quarenta e um mil reais). **Editais PNCV: 5.318.884,20** (cinco milhões, trezentos e dezoito mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos). **Obra, Reforma, Ampliação: 3.000.000,00** (três milhões de reais). Esses são os valores, porque já havia a previsão de que teríamos, pelo menos, 2.000.000,00 (dois milhões de reais) de rendimentos, com base nesse entendimento. Senhores, houve uma proposta? palavra assegurada ao conselheiro Mencius. **Mencius Melo:** Não vou me alongar, serei muito rápido. Estou em adesão à proposta de 50% para a capital e 50% para o interior, e peço aos novos conselheiros a licença para defender a classe musical, da qual inclusive estou sendo cobrado após o Festival 092, o Festival da Cunhã. Claro, positivamente, obviamente, porque ajudei a articular um dos dois, que foi o Festival da Cunhã, para entrada de, fiz inclusive a indicação dos artistas que entraram no Festival da Cunhã em matéria de música. Parabenizo o Festival 092, inclusive a Márcia Novo. Mas quero pedir aos conselheiros que olhem para a música, porque é um segmento que tem uma fila de espera enorme.

Costumamos brincar que é o maior segmento, e essa fila de espera realmente prova que é isso. Acho que a divisão desses recursos precisa ser democrática. Concordo que seja 50% para o interior, concordo que seja 50% para a capital. Também concordo que sejam observadas as festas que realmente precisam. O Festival Folclórico de Parintins, por exemplo, não precisa de nenhum aporte, pois já tem o suficiente. Mas também quero lembrá-los de que existem outras festas em Parintins, por exemplo, que não obtêm os mesmos recursos, entendeu? Além, claro, dos interiores defendidos por todos nós, que são os que menos recebem, os que estão nas pontas, os que estão nas calhas, que não têm a mesma visibilidade, por exemplo, de Parintins ou de Maués, da Ciranda de Manacapuru. Então, sou partidário da defesa dessa divisão capital-interior, e aguardo aqui para a gente afunilar essa proposta. Muito obrigado, secretário.

Ludimar Kokama: Quero contribuir nesse sentido, rapidinho. Permita só um segundinho. Eu acho que tem que ficar bem clara essa questão: festival é uma coisa, festival do Boi Bumbá, festival da Ciranda é uma coisa. Festejo é outra. A propositura é festejo, não festival.

Mencius Melo: Exatamente. Eu estou defendendo que seja para outros eventos, e não esses que já têm visibilidade e aporte financeiro suficiente. Mas lembrando, por exemplo, secretário Caio, que existem manifestações e festas em Parintins e Manacapuru que não têm apoio.

Presidente: Senhores, nós precisamos até, pela questão de não estarmos presencialmente, respeitar a palavra, senão ninguém se entende. Quando um terminar de falar, o outro terá a palavra. A palavra agora está assegurada à conselheira Lucimar.

Lucimar Marques: Boa tarde a todos os conselheiros, boa tarde ao nosso presidente por estar presente nesta reunião conosco. Peço que o senhor participe cada vez mais das nossas reuniões e das políticas culturais voltadas aos artistas. Eu, como conselheira que moro no interior, sei a dificuldade dos festejos que não têm apoio do Governo do Estado, mas que precisam muito, que lutam e resistem. Esses sim fazem cultura por amor. Como muitas vezes eu falei, na cultura popular deixaram de fora as culturas populares de matriz ibérica, que são os festejos das pás, dos Marujos, dos Gambás, a Festa do Divino Espírito Santo. Essas sim ficaram de fora deste edital da PNAB, e eu sempre questiono isso com os nobres conselheiros: e o interior? O interior é muito diverso e muito grande. A capital, Manaus, já é assistida com tantos milhões, bilhões, tanto pelo município quanto pelo Estado. Já o interior, cada município tem aquela pequena fatia, que é dividida minimamente, e às vezes só pegam esses recursos os mais espertos, que já sabem fazer edital. Enquanto isso, o mestre que faz a pastorinha, ou a festa do Gambá, ou festeja São Benedito ou a Divina Misericórdia, às vezes não tem esse conhecimento. A gente acredita muito que isso vá realmente chegar na ponta, porque a política da Lei Aldir Blanc é para chegar na ponta, e o interior precisa ser enxergado nesses festejos que já estão se acabando, como as festas, as ladainhas, as rezas das almas. Isso tudo já está se perdendo. Por quê? Porque não tem ajuda financeira. Às vezes tem da prefeitura, às vezes não tem. A maioria nem da prefeitura recebe ajuda. Por exemplo, na minha cidade, a prefeitura só ajuda os Touros. Mas tem o

482 Encontro das Pastorinhas, que a gente realiza na praça e que nunca teve apoio
483 da prefeitura. Ano passado teve, porque a gente lutou muito para conseguir dois
484 mil reais para cada pastorinha. Vieram dez pastorinhas, e isso é muito pouco.
485 Tem também a Festa de São Benedito. Eu acho muito boa essa sua proposta,
486 presidente, e peço também a ajuda e o apoio dos nobres conselheiros, porque,
487 querendo ou não, os mestres estão à frente dessas manifestações culturais. E
488 também quero cobrar algo: os mestres da cultura popular que foram premiados
489 no ano passado com vinte mil reais me cobram até hoje. "Conselheira, cadê o
490 nosso certificado de reconhecimento?" A gente apenas recebeu os vinte mil, e
491 cadê aquele certificado que a gente queria colocar na parede? Muitas vezes,
492 isso é mais importante para eles do que o próprio dinheiro. Eles querem ver
493 aquele certificado na parede, porque alguém falou para eles que teria um
494 documento dizendo que ele é mestre da cultura popular. Ter aquele prazer de
495 colocar na parede para que todos vejam que ele é um mestre da cultura popular.
496 Então estou de acordo com isso e peço ajuda e apoio dos nobres conselheiros.
497 Obrigada. **Presidente:** Agradeço, conselheira. Nós temos um pedido de
498 suspensão por 5 minutos do conselheiro Elson. Penso que devemos colocar em
499 votação: se os senhores não estiverem prontos para votar e desejarem essa
500 pausa, votamos; ou, se já estiverem aptos, colocamos a proposta em votação
501 imediatamente. Nesse sentido, quero lembrar que recebi a informação de que a
502 questão dos mestres, que foi colocada na reunião passada, não seria algo que
503 ajudaria a categoria no futuro, tendo em vista que o próximo edital do Cultura
504 Viva irá contemplar esses mestres principalmente os de capoeira. Caso eles
505 sejam agraciados nesse edital, poderão ter problemas para receber recursos de
506 um próximo edital, que será mais amplo. Essa foi a informação que recebi, por
507 isso não incluímos esse ponto nesta proposta, ok? Então, pergunto aos
508 senhores: aqueles que estiverem aptos a votar, permaneçam como estão; os
509 que desejarem a pausa de 5 minutos, por favor, se manifestem com a mãozinha.
510 Temos quatro conselheiros que desejam a pausa. Sendo assim, vamos
511 suspender a reunião por 5 minutos. Voltamos em seguida para as considerações
512 finais e a votação, ok? São 15h10. Às 15h15 retornaremos. **André Durand:**
513 Presidente, rapidinho antes de encerrar. Eu estava assumindo a presidência.
514 Como é que hoje, com essas idas e vindas, subindo e descendo o rio, o senhor
515 vê a atual conjuntura das políticas públicas da PNAB em alguns municípios que
516 não têm esse mesmo olhar que vossa senhoria tem hoje, preocupado com a
517 questão do fazer e da cultura popular? Agora, vamos baixar as mãos. O
518 conselheiro Elson pediu essa intervenção há alguns minutos. Eu também pedi,
519 para que, depois da sua fala, tivéssemos um debate amplo sobre como está essa
520 questão do instituto, porque não conseguimos mais apenas "salivar" para viver
521 discutindo e produzindo com muito mais talento, estando à frente deste conselho.
522 Obrigada. **Presidente:** Obrigada, conselheiro André, quando retornarmos, por
523 volta das 15h16, vou me pronunciar a respeito do que vossa senhoria trouxe,
524 OK? Ambos os pedidos, inclusive o do instituto. **REUNIÃO**
525 **PARALISADA.** 15h16: **Presidente:** Boa tarde conselheiros, nossa reunião está

reaberta. Todos' já estão online novamente? **André Durand:** Retornando à presidência interina, eu passo agora a fala para o presidente titular do Conselho. Acredito que a gente já tenha tido um bate-papo, conforme a solicitação do conselheiro Elson. Então, conselheiro presidente, eu gostaria que o senhor convocasse o conselheiro Elson, concedendo a palavra a ele e aos demais que desejarem contribuir, para que possamos tentar chegar a um comum acordo quanto à situação, não somente dos titulares do Conselho, mas também dos fazedores de cultura que trabalham essa questão. É com o senhor. **Presidente:** Obrigado, André. Assumindo aqui novamente a presidência dos trabalhos da ORDEM DO DIA de hoje, antes de passar a palavra ao conselheiro Elson, quero primeiro trazer o esclarecimento sobre alguns questionamentos que Vossa Senhoria fez antes da nossa paralisação. **Presidente:** A primeira é sobre a visão que nós temos em relação justamente a esses pontos de cultura, esses festejos tão tradicionais que sofrem à míngua por falta de apoio, de fomento. E essa, acho que é a grande intenção. Eu tenho convicção de que, por todas as falas, por tudo que a gente tem lido e acompanhado, a grande atenção da lei foi essa. O objetivo da lei, agora, do diretor da nossa PNAB, é democratizar a cultura e levá-la exatamente a esses pontos. A gente sabe que, na esmagadora maioria das nossas cidades no interior, as secretarias de cultura quase não existem, ou existem somente com o secretário, às vezes com um assessor, sem nenhum recurso, sem nenhuma forma de fomentar financeiramente esse tipo de festejo. Então, esse é o grande ponto. Eu vim para cá, inclusive, quando convidado pelo governador Wilson Lima, para que nós conseguíssemos interiorizar a cultura. E nós temos, juntos, o Conselho tem uma ferramenta muito importante para fazer isso nesse momento, que é democratizar e interiorizar a nossa cultura, porque o nosso interior é diferente da esmagadora maioria do interior do Brasil inteiro. Quando se pensa em política nacional, dificilmente se pensa no estado do Amazonas, no fator amazônico que a gente vive aqui, nas distâncias, nas dificuldades nas próprias cidades do interior, nas comunidades que não estão na sede da cidade. Elas têm uma dificuldade enorme, e vivem disso: das suas tradições, da sua cultura, que passa de pai para filho, muitas das vezes de forma oral. E a gente precisa ter um olhar para isso. E quando eu digo "a gente", somos nós aqui deste conselho, formado por diversos segmentos da cultura, por representantes do poder público também, para que juntos consigamos fazer aquilo que a Constituição preconiza, que é levar a cultura a quem mais precisa. É uma obrigação do Estado, e nós estamos aqui investidos neste momento da responsabilidade pelo Estado de levar cultura a esse povo. E é isso que a gente pode fazer nesse momento. Dito isso, também houve um outro questionamento quanto à questão do instituto. Há uma discussão, inclusive sistemática, dentro do sistema que rege todas as secretarias de Estado, que é comandado pela SEFAZ. Há uma discussão com o instituto, de que o instituto diz que não deve ser tributado e tirou uma nota fiscal sem a retenção de nenhum tributo. Mas a SEFAZ, e o nosso sistema, não aceita. Foi solicitado a eles que fizessem um parecer jurídico nesse sentido, demonstrando o motivo pelo qual eles não devem

570 ser tributados. Eles apresentaram, foi analisado aqui, foi analisado pela SEFAZ,
571 mas lá na SEFAZ não foi reconhecido. Nós devolvemos isso ao instituto. O
572 instituto tem agora duas possibilidades para hoje, para que já possamos fazer o
573 primeiro pagamento: uma é reter os impostos; a outra é fazer uma contrarrazão
574 à decisão da SEFAZ, e aí a gente continua discutindo administrativamente, leva
575 ao PGE e vê o que pode ser feito. O fato é que o nosso sistema não aceita isso.
576 Não é a SEC, é o sistema da SEFAZ e é o que a SEFAZ preconiza. Afinal, quem
577 paga, quem liquida, e quem dá a ordem bancária é a SEFAZ. E, se não cumprir
578 os requisitos que eles determinam, nenhum pagamento sai. Não é por conta do
579 instituto. Eu até dei uma sugestão à representante do instituto, que é, em um
580 outro momento, que eles retenham os tributos, e, a posteriori, tentem se creditar
581 e não pagar futuramente, ou buscar a devolução desses recursos. Haja vista que
582 nós sabemos o que vocês estão passando, sabemos o que foi acordado e que
583 precisa ser pago, aquilo que já foi executado por vossas senhorias. Isso é o que
584 eu tenho a trazer em razão da solicitação do instituto, OK? Alguém quer falar
585 alguma coisa a esse respeito, ou podemos seguir para a votação? Palavra
586 assegurada ao nosso conselheiro Vanderley. **Vanderlei Pinheiro:** Já que o
587 senhor falou que iria relatar aí como é que ia ficar posterior à votação, ou como
588 é que vai ser? Só vai falar sobre o edital de mestres, que já foi coisa aprovada e
589 a ata já foi aprovada. Nós estamos rasgando aquilo que foi aprovado. Como é
590 que ficaria? **Presidente:** Quando nós invertemos a pauta, acabou que esse é o
591 item, que seria tratado especificamente. A gente pode adiantar, trazer à luz
592 alguns outros conselheiros também sabem disso, vou pedir para a ASPC
593 também explicar. Nós temos a informação e eu até disse isso há pouco, de que
594 o próximo edital de Cultura Viva vai contemplar os mestres. E se eles forem
595 contemplados neste momento por esse edital que nós aprovamos, mesmo não
596 estando presente, foi aprovado por este conselho, então eu me incluo nele como
597 membro que nós aprovamos na reunião passada. isso vai trazer um prejuízo
598 financeiro inclusive para eles, porque eles não vão poder receber aquilo que está
599 previsto no próximo edital de Cultura Viva. Se alguém tiver mais alguma
600 informação sobre isso, eu peço que traga à luz também. Enquanto isso, concedo
601 a palavra ao conselheiro Dudson. **Dudson Carvalho:** É nesse sentido aí que o
602 conselheiro colocou, o conselheiro Gororoba. Eu gostaria até de ouvir a
603 companheira Lígia Lúcia sobre esse processo, porque gerou uma dúvida
604 imensa. Todos vocês viram que, na outra reunião, a gente não tinha o
605 esclarecimento que está tendo hoje. A conselheira Lígia tentou trazer uma
606 informação acerca desse processo dos mestres, e eu gostaria também de
607 lembrar que, quando os mestres concorreram no município, receberam R\$
608 10.000 (dez mil reais). Eles não puderam mais concorrer no estado. Por quê?
609 Porque é um prêmio de reconhecimento. Uma vez reconhecido, eu não sei se
610 vai poder ser reconhecido duas vezes. Então é uma questão mesmo de a gente
611 estar analisando isso tudo. Volto a dizer: não estou vendo movimentação política
612 nenhuma na ideia trazida pelo secretário Caio, pelo nosso presidente, porque,
613 na verdade, está trazendo benefício para todas essas festas que a gente vem

614 batalhando há muito tempo para que tenham reconhecimento. Então agora eu
615 não consigo realmente entender o porquê de a gente não tocar isso à frente,
616 independente de qualquer movimentação. Não vejo isso como movimentação
617 política, como alguns podem estar achando. Eu vejo isso como um
618 reconhecimento e fico, sim, precisando de informações maiores. Eu peço aí o
619 apoio para a Lígia, para ver se ela tem alguma informação com relação a isso,
620 para que a gente não esteja prejudicando os nossos mestres em um futuro edital,
621 como aconteceu durante o edital de Manaus, onde as pessoas ganharam R\$
622 10.000 (dez mil reais) mestres de nome, como a gente viu lá em Manaus e não
623 puderam depois ganhar aqueles R\$ 20.000 (vinte mil reais) do estado no edital
624 seguinte. Então, é isso. Secretário, eu, da minha parte, fico aqui à disposição
625 para que a gente possa, de forma rápida, estar contemplando essas festas do
626 interior. Obrigado. **Presidente:** Antes de conceder a palavra à conselheira Lídia,
627 o conselheiro Elson está com a palavra. Mas eu pergunto ao conselheiro se nós
628 podemos passar a conselheira Lydia na frente, haja vista que diz respeito ao
629 Elson Rocha: Sem problemas. **Presidente:** Obrigado, conselheiro. Conselheira
630 suplente Lydia Lucia, representante da Cadeira Afrodescendente, por favor.
631 **Lydia Lucia:** Boa tarde. Esclarecendo a questão da bolsa que está vindo no
632 segundo ciclo da PNAB, que está na Portaria nº 206, de 13 de maio de 2025.
633 Presidente, eu sou Lydia Lúcia, representante do Amazonas na Comissão
634 Nacional dos Pontos de Cultura, que é uma ação direta do Cultura Viva. Hoje
635 nós temos duas leis: a Lei de Fomento à PNAB e a Lei Estruturante da Cultura
636 de Base Comunitária, que é a Cultura Viva. Eu trabalho com essa lei há 12 (doze)
637 anos, então a gente tem uns acessos. Ficou estabelecido entre as diretrizes da
638 Cultura Viva nacional que mestres e mestras, a partir desse segundo ciclo,
639 receberão bolsas no valor de R\$ 2.100 (dois mil e cem reais), que é o mesmo
640 valor que é dado para mestres das universidades. Esse valor foi definido em
641 consulta com o CNPq. As normas do edital vão ser organizadas pelo Ministério
642 da Cultura, que lançará o edital agora no segundo ciclo. No inciso IV dessa lei,
643 ele diz que o termo de concessão dessas bolsas será através de edital, e será
644 direcionado para as universidades, para os pontos de cultura e para a sociedade
645 em geral. O mestre que participar durante seis a doze meses receberá essa
646 bolsa mensal de R\$ 2.100 (dois mil e cem reais), que pode ser ajustada de
647 acordo com o CNPq. Se o mestre for certificado o mestre mesmo, das
648 universidades o valor pode ser ampliado, assim como foi para os técnicos.
649 Porque o Ministério entende que hoje o mestre da cultura, um prêmio é muito
650 bom, mas ele compartilhar o saber é melhor ainda. Então essa concessão da
651 bolsa deixa o mestre à vontade. Ele terá vinte horas de compartilhamento do seu
652 saber dentro das universidades e das estruturas da sociedade civil. Essa mesma
653 bolsa foi usada em 2023, no edital nacional Sérgio Mamberti. E como a PNAB
654 está voltando e quem trabalha com a PNAB já sabe em 2025 nós teremos
655 novamente a bolsa de mestres. Mas faltava chegar a um consenso de como será
656 esse ordenamento das bolsas. E aí chegou-se à conclusão de que esse
657 ordenamento tem que vir do mestre. Ele vai se candidatar, apresentar sua

expertise, onde ele pode contribuir com a sociedade civil com toda a sua experiência. Foram ouvidos mestres do Brasil inteiro. O prêmio é legal, eles gostam, mas compartilhar o seu conhecimento hoje, para o mestre, é muito mais interessante. Então, como o Estado do Amazonas já está apto a receber todo o investimento da PNAB, esse prêmio já está assegurado, porque a lei está dentro do Cultura Viva, junto com os pontos e pontões. Alguma dúvida? **Presidente:** Perfeito. Eu entendi perfeitamente. **Elson Rocha:** Só deixar claro, como a própria conselheira falou, que não existe uma definição de proibição. Como foi citado, de que, caso o mestre recebesse agora, ele não pudesse receber a bolsa. Não existe ainda uma legislação que diga isso, então a informação precisa ser passada de forma correta. Uma outra questão, presidente, que eu vejo, é que a gente precisa conversar muito. Porque qualquer tipo de votação que seja feita hoje, a gente vai estar atropelando a votação anterior. Então, a votação a ser feita hoje não é uma votação qualquer. Eu percebo e me desculpem se eu estiver errado, mas que houve muita conversa de bastidores. A gente percebe que as informações já chegam pra gente praticamente já definidas. Porém, na reunião passada, nós votamos sobre a questão dos mestres. Nós votamos que 50% seria destinado para projetos com os mestres, e 50% seria voltado para o cadastro de reserva. Aí eu vejo agora pessoas que aprovaram o cadastro de reserva se manifestando a favor de uma proposta que praticamente elimina a possibilidade dos 50% para os mestres. Então, eu vejo que nós precisamos conversar muito. Acho que qualquer tipo de votação feita agora estará passando por cima das decisões do conselho, e isso pode virar moda. Vai acabar igual a associação de bairro: eu tenho cinco sócios dentro da reunião do bairro, defino uma coisa, e amanhã eu junto seis para mudar. Aí a gente deixa de cumprir um regimento interno para fazer movimentações de forma interna. Tenho muita preocupação com o que possa ser feito hoje. Essa votação não estava na pauta, e incluí-la de forma imediata é também atropelar uma pauta que já foi votada na reunião anterior, que foi praticamente uma reunião específica para esse assunto. Isso é importante frisar. Então, minha preocupação é que o que o conselho fizer hoje seja feito de forma precipitada. Acho que o mais aconselhável seria marcar um outro dia, sentar, discutir de forma isolada, ou reunir um grupo de conselheiros para conversar. Porque o que eu estou vendo é que estão propondo uma votação que atropela o regimento interno para resolver assuntos internos. Desculpa, mas é assim que eu estou vendo. Obrigado. **Lydia Lucia:** Só gostaria de esclarecer rapidinho para o conselheiro Elson que eu não omiti uma informação. A informação foi bem clara. O edital está sendo formatado e ele é um direcionamento do Ministério da Cultura, não é da Secretaria de Cultura, nem é do Conselho. Então, anteriormente, o que a gente tem de prática é que, na PNAB, você não pode ter premiação no mesmo ciclo de vida de um edital. Só isso. É por isso que a minha fala é muito específica. Estamos sendo direcionados pelo Ministério da Cultura. O que é que nós temos certeza? Nós teremos um edital para mestres, para a concessão de bolsas no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) mensais. Isso é o que nós temos de certeza. Como vai

acontecer? Então, é um risco, é um risco real de quem for premiado agora não poder concorrer no que lhe satisfaz, que é compartilhar o seu conhecimento.

Presidente: Antes de passar a palavra para o conselheiro Vanderley, eu gostaria de esclarecer o seguinte: Acredito que todos nós estamos aqui reunidos para tratar do edital da questão dos valores que ainda precisam ser organizados para os editais que serão produzidos neste primeiro ciclo. O objetivo é alcançar o maior número possível de pessoas, projetos e pontos de cultura, nas mais diversas modalidades. Acho que esse é o grande ponto de tudo isso. Quando foi trazida a questão dos mestres, a intenção era que eles também fossem contemplados. No entanto, a informação que foi trazida, inclusive pela conselheira Lydia Lúcia, é de que isso já vai acontecer. E, nesse sentido, não podemos deixar de contemplar aqueles que, de outra forma, não seriam incluídos. É muito difícil, por exemplo, alguém lá em Anamã, no interior do interior, conseguir montar um projeto para concorrer em um edital. A gente sabe como isso tem acontecido vocês acompanham isso há mais tempo do que eu. Neste conselho, nesta plenária, cada um tem sua opinião. Todos podem se posicionar. Eu respeito, mesmo quando não concordo. A vossa senhoria terá a oportunidade de expressar seu sentimento no momento da votação. Deixo agora a palavra assegurada ao conselheiro Vanderley.

Vanderley Pinheiro: É, senhor Secretário, a gente está trocando o certo pelo duvidoso. É algo que ainda está sendo planejado, sendo pretendido, sendo que o conselho é quem detém o recurso para agir de forma imediata, já para atender os nossos mestres, entendeu? E foi algo que foi aprovado aqui, neste conselho. O conselho aprova num dia e, no outro dia, desaprova? O que está acontecendo com esse conselho? Eu queria saber, entendeu, senhor secretário? Com todo o respeito e com toda a democracia que existe dentro desse conselho, esse é o meu questionamento. Porque hoje a gente aprova uma determinação e, depois, pode voltar atrás novamente. Esse é o meu questionamento, entendeu? Com todo o respeito.

Presidente: Obrigado, conselheiro. Palavra assegurada ao conselheiro Dudson.

Dudson Carvalho: Então, como o conselheiro mencionou, os conselheiros aprovaram a questão dos mestres. Na reunião passada, eu fui um dos que participou dessa negociação junto com todos os outros conselheiros. Mas eu gostaria de lembrar aos senhores conselheiros que, no momento, nós não tínhamos as informações necessárias com relação às festas. Isso foi colocado por dois ou três conselheiros não me lembro agora quem foi, de que isso seria direcionado para as festas já existentes, as grandes festas, como Parintins, Manacapuru, sei lá. E isso realmente não foi de agrado dos senhores conselheiros. Quero deixar bem claro que, no momento, eu sou um dos que foi induzido ao erro, de inclusive, votar contra uma proposta que não teve nenhuma defesa. Quero fazer esse esclarecimento ao companheiro Elson: eu não estou voltando atrás por questão de bastidores, até porque eu não sou esse tipo de pessoa. Isso seria molecagem, seria algo que não deve ser feito em hipótese alguma. Vocês sabem o quanto eu sou aguerrido nas minhas lutas, então eu digo de pronto: fui induzido ao erro. Se essa proposta tivesse sido apresentada

da maneira como está sendo agora beneficiando os interiores, beneficiando as pequenas festas com certeza eu teria apoiado essa proposta desde o primeiro momento. Quero dizer também, Vanderley, que este conselho está reunido agora com um número muito maior de conselheiros do que na outra reunião. Então o conselho tem, sim, essa prerrogativa de, quando perceber que errou, voltar atrás. E sinceramente: eu estou dizendo que errei ao tomar aquela decisão. Não tínhamos essas informações. Inclusive, a conselheira Lydia tentou apresentar isso na reunião passada e foi cortada. A fala que ela está trazendo hoje está muito mais detalhada. Então, se isso me torna incompetente por não ter conseguido assimilar a proposta no primeiro momento, eu tenho coragem de dizer: me desculpem, eu errei. E este conselho tem, sim, autoridade para reconhecer o seu erro e está direcionando suas forças para algo maior, para algo importante, para algo que com certeza vai mudar a vida de muitas festas no interior. E sabemos que isso não será recorrente, esse dinheiro não vai chegar todo ano às pequenas festas. Então, estaremos fazendo história. Este conselho, junto com o secretário, junto com todos nós, estará fazendo história ao levar esses aportes financeiros para o interior do estado. Obrigado. **Presidente:** Antes de conceder a palavra ao conselheiro André Durand, eu quero dizer aos senhores conselheiros que eu li e reli o nosso Regimento Interno e, em nenhuma cláusula, em nenhum momento, o regimento impede que nós possamos trazer à pauta novamente algo que já foi votado e que possa ser revisto ainda mais sob a égide dessa nova informação que foi trazida. Além do mais, quando foi colocada em votação a proposta trazida aqui pelo Poder Público, ela foi, como todos os senhores estão dizendo, entendida de forma errada a palavra, mas não foi compreendida da forma como se pretendia apresentar ao conselho. Então, por isso, nós estamos trazendo novamente essa proposta, para que consigamos abarcar e interiorizar a nossa cultura. A nossa intenção é exatamente essa: fomentar mais ainda, principalmente, os nossos irmãos do interior, com as mais diversas atividades que nós já conhecemos. E assim os senhores estarão aptos a votar novamente. E existe um princípio no Direito Administrativo de que o Poder Público tem por obrigação rever os seus atos quando entende que aquele ato não está correto ou pode vir a prejudicar qualquer que seja o segmento. E é esse o caso que nós estamos trazendo aqui. Claro, não há certeza de que trará prejuízo, mas pode ser que traga. Então, o interessante é a única certeza que nós temos é a que foi trazida agora pela conselheira: de que este segmento será agraciado no próximo ciclo, no Cultura Viva. Eu não vejo prejuízo de forma alguma, mas entendo e respeito o posicionamento de quem se coloca como contrário e quiser manter a votação. Isso é algo democrático e perfeitamente entendido. Passo a palavra ao conselheiro André Durand. **André Durand:** Presidente Caio, no dia da votação, Vossa Senhoria não estava, e eu defendi com todas as forças a propositura para os festejos do interior. Mas, como fui voto vencido, eu estava com a mediação do presidente interino Pedro Cacheado, e, de fato, a forma como chegou a propositura nesse dia da reunião... ela chegou truncada, e aí não se conseguiu definir. Mas eu acredito que agora, como ela

está bem explicada, a gente consegue do meu voto na reunião passada contribuir para esse fazer popular no interior. Exemplo: as festas das Pastorinhas que acontecem em Barreirinha, em Itacoatiara, os eventos do Festejo do Divino que acontecem também em Tefé, Nogueira, Alvarães e outras manifestações populares que já acontecem por força da comunidade e que não têm um olhar do poder público. Aí eu acredito que, quando a gente começa a potencializar, enquanto conselho, esses festivais, nós estaremos deixando um legado construído por parte desse conselho. Mas como a votação é soberana, e o senhor está sugerindo, eu gostaria de solicitar a Vossa Senhoria, de repente, na proposta do conselheiro Elson, que se pretenda uma reunião para estarmos dialogando uma pequena comissão para ir até o senhor e aí também sugerir para o senhor retirar da votação, até para que o conselheiro Elson participe dessa reunião. A gente entra em comum acordo, já que ele vem do folclore e carnaval, que passa também por uma parte da cultura popular a exemplo também da conselheira Lucimar e do próprio conselheiro Dudson, a gente está em comum acordo, e que o senhor, assim que terminar essa reunião, que é importantíssima para todos nós, veja também com carinho essa parte do Instituto. Porque, como dizem os antigos, “uma mão lava a outra e as duas lavam outras e outras”. A gente precisa também pensar nesses conselheiros que, no seu ponto de vista, são pessoas aguerridas e que trabalham muito para levar a cultura e as informações culturais da sua pasta, dos 62 municípios a exemplo da cidade de Manaus. Aqui eu encerro. Obrigado. **Presidente:** Obrigado, conselheiro André. Antes de passar a palavra ao conselheiro Ludimar, eu quero dizer aos senhores e eu vou começar pela parte final, a parte aqui da SEC que já está tudo encaminhado em relação ao Instituto. Nós temos agora uma discussão que é tributária, de sistemática de sistema com a SEFAZ. Se o Instituto insistir em tirar nota sem a retenção dos tributos, a SEFAZ não aceita a discussão sistemática. Não aceita nem no sistema. Então, a gente precisa ter isso em mente que estamos com tudo pronto. Inclusive, já emitimos a ordem de serviço. A empresa já tirou a nota fiscal, mas tirou sem a retenção dos tributos. Eu entendo o posicionamento deles, até concordo com o posicionamento do Instituto, mas é uma questão que não basta me convencer, porque não sou eu quem paga, quem paga é a SEFAZ. Se tiver que levar à PGE, vai levar mais tempo. Disse a eles: retenham os tributos, tirem a nota fiscal com a retenção dos tributos, recebam, façam os pagamentos que precisam fazer, façam o trabalho que precisa ser feito. E depois a gente vai em busca do ressarcimento, se credenciar a não pagar tributos futuros. É o que pode ser feito. Esse é o pensamento. Eu não entendi, acho que o conselheiro André Durand sugeriu que nós não votássemos isso hoje, é isso? **André Durand:** É que o senhor suspendesse a pauta, em cima da fala do conselheiro Elson, ele vai contribuir mais um pouco aí, porque ele sugere um diálogo entre três conselheiros junto com Vossa Senhoria, para a gente entender mais um pouco essa parte política e de fomento. Obrigado. **Presidente:** Bom, eu vou conceder aqui a palavra ao conselheiro Ludimar. **Ludimar Kokama:** Diante do conhecimento do Regimento Interno do CONEC, já lia

algumas vezes, já, não só li, mas também tenho um entendimento do que a gente lê esse regimento. De fato, é uma pauta que, ela aprovada, não impede, segundo o regimento, que essa matéria, ainda não em execução, volte ao plenário para posterior análise. É o que o regimento fala. O regimento está aí. Eu acho que, no momento, o regimento está sendo cumprido para quem o lê e é o caminho. E assim, não sei qual a propositura, e faço aqui uma solicitação: que pudesse ser encaminhada no grupo da plenária ou por e-mail essa apresentação, para que eu possa, posteriormente, analisar. Como eu volto a dizer, não tive a possibilidade de participar da reunião onde foi tratado essa questão de números, gostaria de tê-las, pelo menos dessa planilha, para que eu possa analisar o recurso que está de restante aí na meta dele, e ver também a questão dos “restos a pagar”. Assim, me coloco mais uma vez: o posicionamento meu aqui, enquanto pessoa da categoria da cultura indígena é muito legal ter bolsa, recurso, indo pra questão do interior, pra questão de busca de apoio pro interior. É somente isso. **(AUDIO MUITO RUIM)**. **Presidente:** Conselheiro Ludimar, foi difícil entender tudo o que Vossa Senhoria trouxe, porque o áudio ficou muito ruim. Mas o principal é que nós vamos, eu já determino aqui à ASPC que encaminhe ao grupo do Conselho toda a nossa apresentação, toda a explanação, já com as alterações feitas no que concerne a trazermos a questão do artesanato e também nos e-mails de Vossas Senhorias. No mais, eu entendo que a doutora Anne já vai encaminhar. No mais, eu entendo que os conselheiros estão se acautelando no que concerne à votação, nesse momento, nós também não estamos num cavalo de batalha, nem com pressa para isso. Nós temos uma reunião semana que vem, a reunião ordinária. A gente pode trazer novamente a pauta e aí a gente coloca em votação, sem o menor problema. Antes disso, a gente trata disso se os senhores quiserem pessoalmente ou antes da reunião, a gente senta e trata do assunto. Não vejo problema nenhum nisso. **Mencius Melo:** A reunião passada eu tive problemas de internet, conselheiros, não pude acompanhar diretamente, até pelo horário também, eu estava no trabalho, então era um “olho no prato e outro no gato”. Mas agora ficou muito claro para mim, mais do que na semana passada. E são outros componentes também. Concordo que não existe votação pétrea. Nós somos um conselho. No reconhecimento de alguma imprudência ou de algum erro, faz-se, se necessário, o retorno. Entender que errou, entender que não votou da forma mais clara e mais correta. Não vejo porque não votar hoje também, mas se for de vontade da maioria uma conversa mais reservada com os agentes, também proponho. Mas se for para votar, por mim pode votar agora, sem problema nenhum. Continuo na linha de defesa de 50% da capital, 50% do interior, objetivando claramente os municípios ou os festejos que não têm aporte, que não têm aportes oficiais, como tem já os grandes festivais são realizados no Amazonas. Essa é minha contribuição, ou vota agora, se for decisão da maioria, vota-se depois, voto por votar, agora, se for o caso. **Elson Rocha:** Bom, pessoal, mais uma vez levando mais uma informação aqui, a política nacional Aldir Blanc, de fomento à cultura, não pode ser utilizado para financiar eventos que já foram realizados pelo governo. Então,

878 é muito importante que a gente possa estar sempre levando as informações. O
879 que é que quer dizer isso? Que esse cuidado é justamente para que o recurso
880 que é destinado a projetos, aos fazedores de cultura, não seja utilizado pelos
881 governos e prefeituras para patrocinar os concursos de quadrilhas que já são
882 rotina e olha que eu sou quadrilheiro. Os concursos de quadrilhas que já são
883 realizados pelos municípios, que eram realizados com verba dos municípios e
884 dos governos do estado. Então, esse recurso não foi feito para isso. Ele foi feito
885 para fomentar projetos que são feitos pelos fazedores de cultura e não para
886 aliviar governos e prefeituras. Ou seja, a prefeitura já realiza lá o concurso de
887 quadrilha. Aí ela acha melhor pegar o recurso da PNAB para que seja
888 patrocinado o Festival Folclórico daquele município. Então, esse recurso não foi
889 feito para esse tipo de eventos. Obrigado. **Presidente:** Obrigado, conselheiro
890 Elson, reforça o que nós estamos fazendo, até porque nós iremos, juntos, se for
891 aprovada, é claro, votar e escolher, através do edital, aqueles que você colocar
892 no edital que não pode. Isso está muito claro. E nós não temos problema nenhum
893 em fomentar aqueles que nunca foram, nunca receberam recursos dentro da
894 prefeitura nem do governo do estado. Palavras assegurada ao conselheiro
895 **Dudson Carvalho:** Vou ser rápido, secretário, é apenas lembrar que
896 essas proposições que estão sendo feitas precisam ser votadas pelos senhores
897 conselheiros. Então, por exemplo, se a maioria decidir que deve ser votado
898 agora, que seja feita a vontade da maioria e não de dois ou três, como foi o caso
899 ainda agora, que dois ou três conselheiros pediram, quatro conselheiros pediram
900 para que houvesse cinco minutos e isso foi concedido. Eu acho que cada
901 proposição tem que partir da maioria. Este conselho é soberano e eu peço ao
902 senhor que, ao definir se vai para outra reunião ou se vota nessa que seja só a
903 decisão da maioria do conselho, só isso. Obrigado. **Presidente:** Ao final das
904 falas de vossas assessorias, nós vamos colocar em votação para saber se
905 estamos aptos a votar no dia de hoje ou se deixaremos para a próxima reunião.
906 Palavra assegurada a conselheira Lydia Lúcia. **Lydia Lucia:** Só uma
907 observação, só ratificando a fala do conselheiro Elson quando ele cita o Cultura
908 Viva, que não é feito para o fomento de festivais, ele está equivocado. Cultura
909 Viva é feito para a atividade de base dos pontos de cultura, né? Da cultura de
910 base. Mas o que nós estamos discutindo aqui é PNAB. A PNAB, ela é fomento
911 à PNAB é para festivais. É para esse tipo de evento, porque a PNAB nasce da
912 necessidade do fazedor de cultura, que na época da pandemia se sentiu
913 prejudicado e parou as suas atividades, que eram imediatas. O Cultura Viva não,
914 ele existe há 20 anos trabalhando a cultura de base. Nós estamos trabalhando
915 aqui os fomentos da PNAB, só assim lembrando, deixando bem clarinho quando
916 cita o Cultura Viva e quando é ação da PNAB, obrigado. **Presidente:** Obrigado,
917 conselheira. Passo a palavra a Conselheira Titular Jordania Damasceno Galdino
918 representante da Cadeira Teatro. **Jordania Galdino:** Boa tarde a todos.
919 Presidente Caio André. Eu estou aqui na rua. Estou aqui perto da escola da
920 minha filha, que eu estou saindo da reunião de pais, então assim, para minha
921 surpresa, eu não sabia que a pauta seria um retrocesso de uma pauta que foi

922 votada. Então eu tentei me inteirar do que eu estava ouvindo que o senhor estava
923 falando, mas eu vou colocar meu posicionamento quanto a isso. Presidente, eu
924 vejo assim: Está em regimento, isso tudo que se foi votado a gente tem que
925 prevalecer o que foi votado. A gente não tem como retroceder em decisões que
926 já foram tomadas dentro de um pleno, entende? Inclusive, o Cândido estava
927 presente na reunião, está em ata isso. Ele colocou realmente a sua proposta,
928 colocou, e eu fui a favor também na votação, eu acho que lembro de estar em
929 ata. Eu acho que quem estava na reunião passada viu que a gente até discutiu,
930 passamos quase 5 horas, presidente, discutindo essa questão de ter um apoio
931 sim para as festividades no interior com a lei da conselheira Lucimar, que
932 inclusive ela está presente. Aí eu não sei se o secretário geral, que eu não estou
933 vendo aqui quem está online, secretário geral Pedro Cacheado também foi a
934 favor. Teve muitas pessoas aí, então, em todas as discussões que nós tivemos,
935 presidente, no final a gente votou, foi voto vencido. Então, assim fica eu no meu
936 ver. Até que aquelas pessoas que não estavam presentes na reunião, e aí, de
937 repente, aparece novamente essa pauta que já foi vencida. Eu penso que a
938 gente não precisa voltar outra vez a essa pauta ou reafirmar essa pauta
939 novamente, gente, fazer uma nova votação, porque isso, desculpa, é um
940 posicionamento meu, presidente, é uma falta de respeito, no entanto, daquelas
941 pessoas que já votaram, e aí podem acontecer de a gente retroceder todo um
942 trabalho dentro do conselho. E a gente precisa definir as outras pautas. As coisas
943 têm que andar. Outra situação é, secretário, agora vou falar como secretário de
944 cultura: É até pertinente, sim, esse apoio, como eu acabei de falar, eu fui voto
945 vencido, praticamente. Então, foi a maioria que ganhou realmente, está na ata
946 da votação passada. Mas eu pergunto ao senhor, como secretário de cultura, a
947 gente precisa também que o governo do estado do Amazonas, que eu já coloquei
948 isso na sua primeira entrada como gestor na época, como o senhor entrou, acho
949 que foi em fevereiro, nesse ano, março, eu não lembro bem. E o governo também
950 tem que dar uma parcela de apoio para esses municípios em relação às
951 festividades. Eu sei que o senhor está fazendo, eu acompanho as suas ações,
952 eu estou vendo todas as situações, as ações e tudo, mas ainda está faltando os
953 editais, porque o dinheiro que está vindo do governo federal, que esse dinheiro
954 da PNAB, entre outros editais, que vai vir futuramente, são de fomento, o dinheiro
955 é pouco e os fazedores estão precisando desse dinheiro, somente os suplentes
956 que a gente votou, que depois vocês me falem, está? Aconselhei quem estava
957 na reunião passada, que está em ata, foi votado 50%, para chamar os suplentes,
958 né, que estão esperando. A remessa que está vindo aí, né, da 50% para a gente
959 montar o edital de Mestres dos saberes. Então foi esse voto que foi vencido.
960 Então a gente precisa ter esse respeito de uma votação que foi feita. É só isso
961 que eu queria lembrar, e eu gostaria que realmente o governo do estado pudesse
962 dar mais apoio ainda para os editais também. Que está faltando, que já faz mais
963 de 5 anos que nós não temos editais na parte do governo do estado, a Secretaria
964 de Cultura. Obrigada, presidente. Obrigada, conselheiros. Estou aqui no meio da
965 rua. Vamos em frente. **Presidente:** Obrigada, conselheira. Aproveito para dizer

966 aos senhores conselheiros que estou aqui com a ilustre presença da comitiva da
967 prefeitura de Manacapuru, inclusive com a prefeita, que está chegando aqui,
968 ouvindo algumas partes já nesse momento que nossa reunião já passou da hora,
969 não a nossa aqui. A que eu tinha com ela, ainda não consegui atendê-la, mas
970 digo aos senhores o seguinte, primeiro, principalmente à senhora conselheira
971 Jordânia, essa parte relativa a questão regimental, se pode ser colocada
972 novamente em pauta e novamente em votação, já foi superada. Vários conselhos
973 já apresentaram. Nós já apresentamos que isso é perfeitamente cabível. Eu
974 entendo o posicionamento de Vossa Senhoria, que entende que deve proceder
975 uma opinião, todo mundo tem opinião e tem voto aqui, e o voto é respeitado e a
976 opinião é respeitada. E a senhora emitiu a sua opinião, e ela é respeitada ao
977 mesmo tempo. Quero dizer que não há nenhum impedimento legal ou regimental
978 para que nós façamos isso. Isso só está sendo feito porque a proposta foi
979 apresentada de uma maneira diferente da qual é a intenção do poder público. Já
980 aqueles que estavam desde o início, conseguindo acompanhar, entendo porque
981 a senhora não estava conseguindo, em virtude da reunião aí no colégio da sua
982 filha. Já tiveram entendimento do motivo pelo qual estamos trazendo novamente
983 a pauta para votação. Essa é essa proposta. Dito isso, senhores, pergunto aos
984 senhores: a conselheira Lucimar pediu voz. Palavra assegurada a Vossa
985 Senhoria. **Lucimar Marques:** Vou ser bem sucinta. Como eu não estava na
986 última reunião e respeitando também a opinião de alguns conselheiros, eu faço
987 a sugestão da gente votar isso numa próxima reunião, mas já digo que sou a
988 favor da proposta trazida pelo nosso presidente. E digo também para alguns
989 conselheiros pararem de olhar para o próprio umbigo e olhar mais para o fazedor
990 de cultura do interior. Muito tempo a cultura ficou impregnada só na capital e
991 agora que está vindo para o interior, muita coisa do nosso conselho já não andou
992 porque muita gente fica nesse blá blá blá. Vocês me desculpem, mas eu estou
993 falando o que eu estou sentindo. Às vezes o conselho não anda. Olha, estamos
994 quase desde às 14h aqui falando e a gente não consegue definir ou deixa para
995 próxima reunião, para próxima, é muito blá blá blá. É só isso que eu tinha para
996 falar e dou a sugestão de fazermos a votação em uma próxima oportunidade e
997 parar de pensar “Ah, se você não me der isso, eu não voto aquilo”. Era isso aí,
998 obrigada. **Caio André:** Antes de conceder a palavra à conselheira Jordânia,
999 normalmente inserida, eu quero dizer aos senhores que o ponto da fala da
1000 conselheira é um ponto importante. Nós já estamos há bastante tempo nessa
1001 pauta, e a despeito de se a maioria tem intenção ou não de voltar no dia de hoje,
1002 eu preciso me ausentar, estou com a prefeita aqui, com outros afazeres, e como
1003 não entramos em entendimento, eu vou retirar de pauta de votação essa
1004 solicitação, como foi trazida aqui pela presidência, e vou refinai-la para que nos
1005 discutamos na próxima reunião ordinária. Vou pedir para que a ASPC continue
1006 tocando a reunião, pois eu preciso atender a prefeita, que já está aqui esperando
1007 há quase uma hora, é até um desrespeito a prefeita que veio do interior. Peço
1008 aos senhores que continuem a reunião, peço minhas escusas, e nós voltamos a
1009 discutir o assunto na próxima reunião ordinária. Boa tarde a todos. **Dudson**

1010 **Carvalho:** Acho que já houve discussão suficiente. É apenas para votação em
1011 pauta, para a gente não voltar ao mesmo assunto. **Presidente:** É, como todo
1012 mundo já discutiu, na semana que vem a gente vota. **Dudson Carvalho:** Cada
1013 um sabe o que quer, então vota na outra reunião e pronto. Acabou-se, para não
1014 ter de novo a mesma discussão. **Presidente:** Passo à presidência interina ao
1015 conselheiro André Durand. **André Durand:** Presidente, muito obrigado. Uma boa
1016 reunião com a prefeita. Estendo nossos votos para ela. E faço só um
1017 questionamento: como a prefeita é eleita, que é do partido do nosso então
1018 senador Eduardo Braga, por que foi retirado o dinheiro da conta que foi
1019 depositado e transferido para uma outra conta? Onde, dentro da plataforma do
1020 MINC, não se consegue saber onde está o dinheiro da Política Nacional Aldir
1021 Blanc primeiro e segundo ciclo. Obrigado. **Jordania Galdino:** Deixa eu falar
1022 aqui uma coisa para vocês. O presidente já saiu? Porque eu ia responder para
1023 ele e quero responder também para a conselheira Lucimar. Com todo respeito
1024 que tenho pela sua pessoa e por todos os conselheiros. Se for para fazer dessa
1025 forma como vocês estão pensando, então é melhor rasgar o regimento no meio,
1026 jogar fora. Ficar passando por essa situação que nós estamos passando...
1027 sinceramente. Eu entrei na reunião com uma pauta. Depois fiquei sabendo que
1028 teve inserção de pauta. Eu entrei às duas e meia da tarde e teve uma inserção
1029 de pauta. E essa inserção tem uma pauta que já foi vencida, senhores. Já foi
1030 votada. Porque toda vez que houver votação, que seja feita com os conselheiros
1031 deste conselho, independentemente se o voto foi vencido ou não. Senhores, se
1032 a gente não tiver respeito perante este conselho, esse conselho vai ficar
1033 desmoralizado. E eu não vou votar nada. Se colocarem em votação, eu me retiro.
1034 A partir de agora, se votarem alguma coisa, não quero saber de pauta de
1035 votação. Se for a pauta passada, estou deixando claro para os senhores: eu
1036 quero respeito perante este conselho, ok? É só isso que eu gostaria de falar para
1037 os senhores. Se alguém se sentir acuado, se sentir incomodado, sei lá o quê.
1038 Gente, por favor. Então vocês não têm regra? Vocês não têm regra, vocês
1039 gostam de mudar. Eu não gosto. Então eu vou mudar o regimento? Vou lá e faço
1040 o que eu quiser? Não é assim que as coisas funcionam, senhores. Não é assim
1041 que funciona. A gente aqui deixa de estar fazendo coisas. Eu estou saindo da
1042 sala da minha filha, como todos vocês também têm seus afazeres. Eu entrei na
1043 pauta que era para a gente votar sobre a questão da Comissão Legislativa, não
1044 foi para outra coisa. Só quero deixar isso muito claro. Tanto que eu falei para a
1045 dona Simone: eu vou me retirar novamente até vocês terminarem o que têm que
1046 terminar aí, porque a pauta não era essa. Retornei de novo, ainda estavam
1047 falando do mesmo assunto. Então vai ficar assim? Vamos marcar outra reunião
1048 para retroceder uma pauta que já foi votada? Pelo amor de Deus. Bora parar
1049 com isso, porque senão toda vez vai acostumar isso, viu? Conselheiro Mencius,
1050 eu estou um pouco chateada com o senhor, sabe? O senhor está online? Ok.
1051 Não, sério. O senhor não participa da reunião, aí depois fica falando besteira,
1052 acha que tem que colocar os outros para votar na marra, sendo que eu nem sei
1053 do que se trata. Entende? Até os outros que não estão... Ah, também saíram,

1054 cara. A ata nem saiu da outra reunião. A ata passada, para a gente ler e saber o
1055 que a gente pode fazer, um embasamento, e aí rever isso aí. Agora vem o
1056 presidente dizer: “não, a gente vai mudar aqui o regimento porque não está no
1057 regimento.” Espera aí. Bora parar com isso. É isso. Obrigada. **Ludimar Kokama:**
1058 Presidente, André, eu vou precisar me ausentar da reunião por um tempo. **André**
1059 **Durand:** Obrigado, conselheira Jordania. Conselheiro Ludimar, fica registrada a
1060 sua ausência. **Elson Rocha:** Queria sugerir a suspensão, porque nós estamos
1061 com quórum baixo, quase 5% virtualmente. **Ludimar Kokama:** Eu estou
1062 tentando falar, aí tem cinco pessoas falando ao mesmo tempo. Eu estou
1063 colocando que estou me retirando da reunião porque está fechando aqui a sede
1064 do meu trabalho e eu preciso sair, e não consigo acompanhar a reunião de forma
1065 online, por meio de celular, porque estou sem equipamento. Na segunda-feira
1066 fui furtado, estou entendendo. Então estou usando meu aparelho celular, só
1067 consigo acessar pelo WhatsApp. Ainda bem que está no computador, somente
1068 isso. **André Durand:** Obrigado, conselheiro Ludimar, só para questão de
1069 esclarecimento, conselheira Jordania, entendemos sua insatisfação, mas só
1070 para esclarecer, foi uma sugestão de alteração de pauta vinda pelo presidente,
1071 informando o que sobraria e que daria para atender os festejos do interior. Foi
1072 nesse sentido e, acatando a questão do conselheiro Elson, vamos suspender a
1073 reunião e eu convoco o ADM para marcar uma nova data antes do final do mês
1074 para concluirmos esta pauta, porque tem uma pauta grandiosa para a gente que
1075 é a questão da comissão legislativa. Quero agradecer a presença de todos e não
1076 mais havendo, eu peço à conselheira Lydia Lúcia que faça as considerações
1077 finais. **Lydia Lúcia:** Em virtude do baixo quórum, estamos agora suspendendo
1078 a reunião. Então, com a palavra o senhor presidente, para encerramento oficial
1079 e esperando a administração marcar uma nova data. **André Durand:** Nós vamos
1080 convocar todos para uma nova data, o ADM vai providenciar, e só para deixar
1081 registrado que a ata foi disponibilizada. Ela foi citada no primeiro momento da
1082 reunião. Boa tarde a todos. Conselheiro Elson, gostaria que o senhor sugerisse
1083 quem pudesse formar essa comissão para a gente estar indo lá com o secretário
1084 Caio André e poder avançar. E, conselheira Jordania, muito obrigado pela sua
1085 fala. A senhora, como sempre, expressando os sentimentos, assim como a
1086 Lucimar, assim como eu também expressei. Eu encerro aqui parabenizando
1087 vocês duas enquanto mulheres atuando, com a Lydia Lúcia e as demais
1088 suplentes, e as outras conselheiras do poder público à frente desse conselho.
1089 Boa tarde. Que Deus abençoe cada um de vocês. Viva a cultura e viva a cultura
1090 popular. **Symone Farias:** Eu só queria comunicar que o material que foi
1091 apresentado durante a reunião já foi encaminhado para o e-mail de vocês. **André**
1092 **Durand:** Conselheira Jordânia vai ter uma carta que nós vamos encaminhar. É
1093 uma nota de pesar pela morte do Paulo Onça, e aí o conselho já vai providenciar.
1094 Eu passei o modelo para a dona Symone. Vamos correr para a gente assinar
1095 digitalmente e dar publicidade no CONEC, no portal. Muito obrigado, Dudson,
1096 Lucimar, Jordânia, Symone. Em razão da redução do quórum durante a reunião,
1097 os trabalhos foram suspensos e encerrados posteriormente pelo Presidente

- 1098 Interino **Marcos André Durand Pereira**, ficando determinada a convocação de
1099 nova reunião para continuidade das pautas pendentes.

MARCOS ANDRÉ DURAND PEREIRA **LYDIA LÚCIA NUNES DE SOUZA**
Presidente – 18ª Reunião Extraordinária - Secretária Geral
CONEC

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA REMOTA:

1. Bjarne Lima Furtado – Titular Representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEDUC;
2. Alvaro Serrão Monteiro – Titular representante da Cadeira de literatura;
3. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular Representante da Cadeira de Cultura Indígena;
4. Vanderley Pinheiro – Titular Representante da Cadeira de Circo;
5. Dudson Campos Carvalho – Titular Representante da Cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
6. Elson Silva Da Rocha – Titular Representante da Cadeira de Folclore E Carnaval;
7. Priscila Sena De Souza – Titular Representante da Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas - AFEAM;
8. Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular Representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC;
9. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular Representante da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ;
10. Roberto Sá Gomes – Titular Representante da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – ALEAM;
11. Lucimar Bezerra Marques – Titular Representante da Cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
12. Mencius Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da Cadeira de Música;
13. Caio André Pinheiro de Oliveira – Secretário de Estado – SEC/AM.

CONVIDADOS:

14. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente da Cadeira de Artes Visuais E Novas Mídias;
15. Marly Nascimento Nogueira – Suplente da Cadeira de Folclore E Carnaval.

ELABORAÇÃO DA ATA:

16. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC.

TRANSCRIÇÃO:

- 17. Mirelly Marques – Estagiária Equipe CONEC;
- 18. Gustavo Lima Ferreira – Estagiário Equipe CONEC.

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

- 19. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica – SEC;
- 20. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica – SEC.

EQUIPE DE APOIO JURÍDICO E ADMINISTRATIVO DO CONEC:

- 21. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
- 22. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
- 23. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

- 24. Eduardo Farias – Estagiário Equipe CONEC.